

**Telmo Mória**

## **12. Semântica e Pragmática**

### **Abstract:**

Neste texto, são descritos, de forma panorâmica, e com foco no português, aspetos centrais da interpretação linguística, quer aqueles (de natureza semântica, em sentido estrito) que envolvem diretamente unidades do sistema linguístico, quer aqueles (de natureza pragmática) que atendem a elementos extralinguísticos, como o contexto situacional ou os conhecimentos e intenções dos intervenientes nos atos de fala. Numa primeira secção, são exploradas preocupações centrais da descrição semântica (ou semântico-pragmática) da língua, como a anomalia, a ambiguidade, a vagueza, a paráfrase, as dependências referenciais e a transmissão de informação por meios implícitos. Numa segunda secção, são discutidos aspetos semântico-pragmáticos nucleares dos grandes sistemas gramaticais do português: a predicação (incluindo a combinação predicados-argumentos e a modificação), a determinação, a quantificação, o tempo (com destaque para a *Aktionsart*, o tempo verbal e o tempo adjunto), a modalidade, a negação e ainda – com especial relevância no plano do texto – as dependências anafóricas e as conexões interposicionais.

### **1 As Questões centrais da análise semântica e pragmática**

A **semântica** é a área da gramática que se ocupa do significado das expressões linguísticas. Tradicionalmente, as análises semânticas centram-se nos aspetos da interpretação exclusivamente dependentes do sistema linguístico, não considerando elementos extralinguísticos, que constituem o objeto de estudo da **pragmática**. Estes últimos respeitam ao contexto situacional em que ocorre a enunciação, aos intervenientes nesse ato (com as suas relações interpessoais, conhecimentos e intenções) ou aos tipos de ações realizados através da linguagem, por exemplo. Atualmente, verifica-se que os estudos semânticos – pelo menos, em certas correntes – tendem cada vez mais a integrar aspetos do significado relacionados com o uso, que tradicionalmente eram considerados do domínio estritamente pragmático. Ou seja, a fronteira entre a semântica e a pragmática tende a esbater-se, para muitos autores.

Como disciplina que se dedica a estudar a forma como a linguagem representa o mundo, a semântica tem algumas preocupações centrais, de que destacarei seis nesta secção – anomalia, ambiguidade, vagueza, paráfrase, dependências referenciais e informação implícita. Essas preocupações são, como veremos, transversais aos sistemas gramaticais descritos na secção 2 (ainda que, por razões de espaço, algumas delas sejam ilustradas e exploradas de forma mais superficial que outras nessa secção).

A **anomalia semântica** diz respeito à impossibilidade (ou dificuldade) de atribuir significado a uma expressão linguística. Pode ser ilustrada através das restrições gramaticais que afetam, por exemplo: (i) a presença do quantificador *ambos* em sintagmas de

interpretação grupal, como os que ocorrem associados a construções recíprocas (cf. Peres 1987, 285-286) – e.g. frase anómala *ambos os políticos conversaram um com o outro* vs. frases plenamente gramaticais *ambos os políticos conversaram com um jornalista* ou *os dois políticos conversaram um com o outro*; (ii) a combinação de verbos de valor negativo intrínseco, como *impedir*, com operadores de negação expletivos nos seus complementos (cf. Peres 2013a, 480-481) – e.g. sequência anómala «O ministro classificou o terreno como zona histórica para impedir que a Igreja não o destine a outros usos (...)», CETEMPúblico, ext15524-clt-94b-2); (iii) a combinação de adjuntos temporais com *desde* com descrições de situações télicas sem quantificadores que operem direta ou indiretamente sobre situações (cf. Móia 2000, 295ss.) – e.g. frases anómalas *o Pedro foi operado desde 1990* e *o padre batizou esta criança desde 1990* vs. frases plenamente gramaticais *o Pedro foi operado três vezes desde 1990* ou *o padre batizou mais de mil crianças desde 1990*.

A **ambiguidade** consiste na possibilidade de associar mais de um significado a uma mesma expressão linguística. É um fenómeno sempre semântico, por definição, embora possa resultar, isolada ou cumulativamente, de aspetos gramaticais muito diversos como por exemplo: (i) fonéticos – e.g. *quem não gostava de ter {avós / a voz} assim?!*; (ii) morfológicos – e.g. *partimos no domingo* (que pode representar um situação passada ou futura, expressa pelo pretérito perfeito ou pelo presente, respetivamente); (iii) lexicais (remetendo para o conceito clássico de homonímia) – e.g. *no final do romance, a heroína ficou na esquadra* (com *heroína* a poder designar a personagem principal do romance ou um tipo de droga); (iv) sintáticos atinentes à estrutura em constituintes – e.g. *o atleta confessou o uso de esteroides em Novembro* (com a possibilidade de o adjunto temporal *em Novembro* se aplicar no interior do sintagma nominal complemento direto, localizando temporalmente o uso dos esteroides, ou na frase matriz, localizando temporalmente a confissão); (v) sintáticos atinentes ao estabelecimento de relações anafóricas – e.g. *a Ana telefonou ao Pedro para lhe falar sobre os seus problemas* (com *seus* a poder remeter quer para *a Ana* quer para *o Pedro*, tornando o sintagma nominal *os seus problemas* de interpretação dúbia). Há ainda a possibilidade de a ambiguidade não resultar de nenhum dos fatores gramaticais atrás enumerados, sendo por vezes referida como “estritamente semântica”. Destacam-se, entre outros tipos: (i) a ambiguidade entre leituras distributivas e grupais (amplamente estudada para o português em e.g. Peres 1998) – e.g. *o Pedro e a Ana venderam um apartamento* (que pode representar a venda individual pelo Pedro e pela Ana de um apartamento cada, ou a venda conjunta de um único apartamento); (ii) a ambiguidade entre valores reais e virtuais de sintagmas nominais indefinidos – e.g. *o Pedro quer comprar um castelo medieval com quatro torres* (que pode invocar um edifício específico, existente de facto, e que o Pedro pretende comprar, ou uma entidade que existe apenas na imaginação do Pedro); (iii) a ambiguidade de escopo entre sintagmas nominais – e.g. *todos os estudantes tiveram de analisar uma obra de Kafka* (que pode implicar que houve uma única obra em análise, comum a todos os estudantes, ou que cada um deles teve de analisar uma obra, possivelmente distinta). A ambiguidade é frequentemente eliminada no contexto discursivo ou situacional em que ocorre o constituinte ambíguo. Nalguns casos, a dilucidação é fortemente condicionada por fatores de natureza pragmática, como o conhecimento do mundo. Veja-se o seguinte texto noticioso: «Morte de jovem (...) fez aumentar insegurança entre moradores numa zona onde se produz, por ano, meio milhão de arrobas de alfarrobas. Cada uma vale quatro euros» (*Diário de*

*Notícias*, 22-09-2009, p. 25). Naturalmente, é o conhecimento do mundo que determina que a expressão anafórica *uma* seja interpretada em ligação a *arrobas de alfarrobas* e não (por inverosimilhança) a *alfarrobas*.

Importa não confundir a ambiguidade, que implica – ao nível frásico – condições-de-verdade distintas para uma mesma sequência, com a **vagueza**, que consiste na não especificação de certos aspetos das situações descritas, implicando a sua compatibilidade com diferentes cenários. A vagueza é um fenómeno praticamente omnipresente nas frases das línguas naturais, na medida em que não especificamos normalmente elementos das situações que consideramos discursivamente irrelevantes. Assim, frases tão simples como *o Paulo beijou a Ana* ou *ontem choveu* são vagas, na medida em que não explicitam, entre muitas outras coisas, em que parte do corpo é que a Ana foi beijada ou qual o período exato em que esteve a chover. Há, porém, construções linguísticas em que a vagueza ocupa um lugar central na interpretação. Refira-se, a título meramente ilustrativo, o uso de quantificadores intrinsecamente vagos, como *muitos* ou *poucos*, ou de construções recíprocas com sujeitos plurais, como *os estudantes ajudaram-se uns aos outros*. A redução do grau de vagueza pode ser relevante para os objetivos específicos de um determinado ato de fala, caso em que os falantes podem recorrer a aposições introduzidas por conectores particulares, como *ou seja* ou *isto é*, para efetuar essa redução, como nos seguintes dois exemplos do *corpus* CETEMPúblico: «(...) [o mercado luta] contra uma crise de confiança que (...) dificilmente será ultrapassada a médio prazo, isto é, até ao final do corrente ano.» (ext415502-eco-92b-2); «Um jornal alemão publicou ontem com o destaque necessário – ou seja, na primeira página – uma fotografia de Sua Majestade, o príncipe de Gales (...). (ext684150-soc-94b-1)

A ambiguidade tem como fenómeno inverso a **paráfrase**. Assim, diz-se, por exemplo, que duas frases (distintas) são paráfrase uma da outra quando são equivalentes, isto é, quando possuem as mesmas condições-de-verdade (ou se implicam mutuamente). Os fenómenos da ambiguidade e paráfrase corporizam a ausência de uma correspondência biunívoca entre forma e valores, característica das línguas naturais. A paráfrase, fenómeno linguístico de grande interesse para os estudos semânticos, pode resultar de fatores lexicais (nomeadamente, a existência de sinónimos) – e.g. *o Paulo comprou um carro vermelho* / *o Paulo comprou um automóvel vermelho* – ou de fatores estruturais, do plano da combinação sintática – e.g. *é difícil mudar a lei* / *a lei é difícil de mudar*; *parece que o Pedro gosta da Ana* / *o Pedro parece gostar da Ana*.

As **dependências referenciais** são outra das grandes questões da análise semântica e pragmática das línguas naturais. Com efeito, a interpretação de certas expressões linguísticas depende da situação de enunciação – expressões dêiticas – ou do contexto linguístico em que ocorrem – expressões anafóricas. O estudo das **expressões dêiticas**, cujo referente não é fixo, mas depende sistematicamente de elementos da situação de enunciação, tem lugar central na pragmática. Salienta-se a diversidade de entidades e valores representados por mecanismos dêiticos: indivíduos ou objetos comuns e entidades de caráter espacial e temporal, que são os casos mais comumente referidos – e.g. *nós viemos aqui hoje para comprar este quadro* –, mas também situações, modos ou quantidades, como em *não voltes a fazer isso!* (vs. *não voltes a saltar o muro*), *vou deixar o livro assim* (vs. *vou deixar o livro de cabeça para baixo*), *queres mais maçãs?* (vs. *queres mais de três maçãs?*). O estudo das **expressões anafóricas** tem sido intensamente prosseguido, no âmbito da análise sintática e semântica,

com especial relevo para as perspetivas que consideram centralmente o texto, em vez da frase, como unidade de análise (e.g. a Teoria da Representação do Discurso; cf. Kamp/Reyle 1993). Este tópico será desenvolvido adiante na secção 2.7.

A consideração da **informação implícita** é um aspeto de enorme relevância na descrição semântica e pragmática das línguas. Com efeito, apenas parte da informação transmitida numa frase ou texto é diretamente asserida. Outra parte – que pode ser crucial do ponto de vista da comunicação – é deduzida. Gramaticalmente, podem distinguir-se diversos tipos de informação implícita. Destacam-se: (i) a **implicação lógica** (*entailment*), sempre que o significado de uma proposição implica necessariamente o significado de outra, como acontece em frases com e sem modificadores restritivos – e.g. *o Paulo é sobrinho de um deputado socialista* implica *o Paulo é sobrinho de um deputado* – ou com adjuntos de localização durativa e adjuntos de duração – e.g. *o Paulo esteve a trabalhar das 9.00h até às 13.00h* implica *o Paulo esteve a trabalhar durante quatro horas*; (ii) a **pressuposição**, que decorre de algumas sequências só fazerem sentido num contexto em que se assume determinado tipo de conhecimento prévio; trata-se de uma informação que se caracteriza pela “sobrevivência à negação”, isto é, pode inferir-se a informação pressuposta numa frase independentemente de esta ocorrer numa forma afirmativa ou negativa – e.g. *se o filho do Pedro (não) vier, saímos às 10 horas*, sequência que pressupõe, em qualquer dos casos, a informação contida na frase *o Pedro tem um filho*; (iii) a **implicatura conversacional**, termo cunhado por Grice (1975), que refere a informação obtida não através do significado literal do que se diz, mas do ato de asserção, um reflexo evidente das competências pragmáticas associadas à atividade de comunicação verbal humana – e.g. *A: Sabes se a Ana vai à festa? B: Ela está com gripe!*, resposta que implica, conversacionalmente, *a Ana não vai à festa*.

## 2 Aspetos semânticos e pragmáticos dos grandes sistemas gramaticais do português

Nesta secção, serão discutidos diversos aspetos nucleares na análise semântica e pragmática de alguns dos principais sistemas gramaticais do português: predicação, determinação, quantificação, tempo, modalidade, negação e ainda – com especial relevância no plano texto, de cuja coesão são pilares fundamentais – dependências anafóricas e conexões interproposicionais.

### 2.1 Aspetos centrais da predicação

Do ponto de vista semântico, a construção de frases – unidades essenciais para a comunicação linguística – implica a combinação de predicadores com argumentos. Os **predicadores** são expressões que designam propriedades ou relações – sendo tipicamente verbos, adjetivos ou nomes (sublinhados nos exemplos a seguir) – e os **argumentos** expressões linguísticas que designam as entidades às quais se atribuem essas propriedades ou que se fazem entrar nessas relações – sendo tipicamente sintagmas nominais, sintagmas preposicionais ou frases (parentetizados nos exemplos a seguir): [*o Paulo*] é *simpático*, [*a Ana*] *visitou* [*o Louvre*], [*o Pedro*] *confia* [*nos políticos*], [*o Pedro*] *pensa* [*que vai chover*]. Através da combinação predicadores-argumentos, formam-se predicações, que são o “núcleo semântico” das frases. Em casos excecionais – tipicamente com os chamados verbos meteorológicos e afins –, as predicações contêm apenas o elemento predador sem

argumentos – e.g. *já amanheceu, vai chover*. Nos exemplos dados até aqui, o predador é combinado com o número mínimo, indispensável, de argumentos, formando uma predicação básica; porém, em muitos outros casos, podem ser acrescentadas expressões (sintática e semanticamente) opcionais, que dão informações adicionais, permitindo expandir a predicação – e.g. *a Ana visitou o Louvre de fugida no Natal com os pais*. Alguns autores denominam todas estas expressões (aplicadas adverbialmente) como **modificadores verbais**, embora possivelmente elas não formem uma classe única, do ponto de vista semântico e sintático.

Os argumentos relacionam-se com uma das funções primordiais da linguagem: a nomeação (das entidades do mundo). As línguas exploram uma grande diversidade de processos para realizar essa função. Cinjamo-nos, para efeitos ilustrativos, aos sintagmas nominais. Em certos casos, pode haver nomeação direta, como acontece com os **nomes próprios** – e.g. *Einstein, Lua, Louvre, Amazônia, Holocausto*. Naturalmente, como é inviável atribuir um nome próprio a cada entidade do universo, a nomeação faz-se, na maior parte dos casos por mecanismos mais económicos: parte-se do agrupamento de entidades do mundo, em classes, identificadas por **nomes comuns** – e.g. *cientista, satélite, museu, floresta, genocídio, balão, brinquedo*; se os nomes forem relacionais, a classificação pressupõe a aplicação de **complementos nominais**, isto é, argumentos obrigatórios – e.g. *irmãos da Ana*; seguidamente, aplicam-se expressões de valor restritivo, denominadas **modificadores nominais**, caso seja necessário, e tantas vezes quantas for preciso para bem identificar as entidades sobre que se quer predar – e.g. *cientista alemão que formulou a Teoria da Relatividade, satélite natural da terra, museu parisiense onde está a Mona Lisa, floresta tropical na bacia do rio Amazonas, genocídio do povo judeu, balão azul, brinquedo com rodas, irmãos da Ana que moram no Brasil*; uma vez identificadas as entidades relevantes (por combinações de nomes, complementos e modificadores), aplicam-se operações de determinação ou quantificação nominal (cf. secções 2.2 e 2.3). Estão então criados os sintagmas nominais, que se podem utilizar como elementos centrais no mecanismo da predicação. Sobre a arquitetura sintático-semântica aqui sumariada, veja-se, por exemplo, Peres/Móia (1995) ou Peres (2013b). Esta arquitetura ilustra, de maneira particularmente perspicua, a atuação de um princípio basilar da semântica nas línguas naturais: o Princípio da Composicionalidade, que – descrito de forma muito simplificada – estatui que a interpretação das expressões linguísticas complexas resulta do significado dos seus elementos constituintes e do modo como estes são combinados, isto é, que a interpretação atende à estrutura sintática e dela depende diretamente (o que acontece na esmagadora maioria dos casos, ainda que haja algumas exceções notáveis).

## 2.2 Determinação

O sistema da determinação expressa-se, como acima foi dito, no sintagma nominal. Do ponto de vista semântico, a determinação está predominantemente associada à **função referencial**, isto é, à introdução (ou à retoma anafórica) de entidades no universo de discurso – *Apareceu uma criança na sala. A criança trazia um balão azul e um brinquedo com rodas nas mãos. Uma outra criança roubou-lhe o balão*. Como se vê, as entidades em causa são tipicamente identificadas por meios nominais, embora sejam possíveis em português nominalizações (definidas) de frases, por exemplo, com infinitivo flexionado, como em «(...)

solicitei-lhe (...) uma opinião rápida sobre o estarmos a introduzir em Portugal uma experiência que, nos restantes países da Europa, tem tido resultados tão desanimadores (...)» (CETEMPúblico, ext524491-opi-96a-2). Adicionalmente, a determinação – especialmente a indefinida com *um* – pode estar associada à **função predicativa**, isto é, à atribuição de propriedades a entidades, como em *Liszt era um pianista virtuoso*.

Uma diferença crucial entre a determinação definida e a indefinida reside na necessidade ou não de informação prévia acerca das entidades referidas (por meio das expressões nominais determinadas). Os sintagmas com **determinação indefinida** – marcada tipicamente pelo artigo *um*, mas também por outras expressões tradicionalmente classificadas como pronomes, como *algum* ou *certo* – não requerem, por norma, qualquer tipo de conhecimento prévio e são frequentemente utilizados para introduzir no discurso entidades novas. Vejam-se os seguintes exemplos: *acabou de chegar um autocarro*; *tens aí uns jornais em cima da mesa*; *a criança está com algum problema, vai lá ver o que se passa*; *segundo o bastonário, certo juiz teria usado a prisão preventiva indevidamente*.

Inversamente, os sintagmas com **determinação definida** – marcada tipicamente pelo artigo *o*, mas também presente nos sintagmas com demonstrativos (*este, esse, aquele*) ou com o pronome relativo *cujos*, por exemplo – requerem esse tipo de informação, a qual se pode manifestar de pelo menos três maneiras particularmente comuns: (i) **definitude situacional**, quando as entidades referidas estão presentes no contexto situacional em que a frase é enunciada, como em *dá-me o lápis!* ou *esses lápis são bonitos*, em início de discurso; note-se que estas frases são improcessáveis – ao contrário de, por exemplo, *dá-me um lápis!* –, se não houver objetos do tipo em causa no contexto de enunciação; (ii) **definitude textual**, quando as entidades referidas são mencionadas no contexto discursivo (normalmente prévio) da frase e estão por isso acessíveis para efeitos de interpretação, como em *um rapaz desenhou graffiti em vários edifícios públicos*; *o rapaz foi detido porque os edifícios são património municipal*; note-se que, neste caso, a interpretação das expressões definidas depende da referência prévia, feita na primeira frase, através das sequências *um rapaz* e *vários edifícios públicos*; (iii) **definitude epistémica**, quando as entidades são identificadas a partir do conhecimento do mundo dos falantes, numa evidente interação entre semântica e pragmática, como em *o primeiro-ministro disse que os impostos não vão aumentar* (com interpretação condicionada pela assunção de que, não havendo indicação em contrário, se está a falar do primeiro-ministro atual de Portugal e dos impostos atualmente em vigor no país) ou *a rainha da Dinamarca foi coroada em 1972* ou *o papa é de nacionalidade argentina*. Para o português, sobre as funções dos sintagmas nominais e os valores de determinação aqui referidos, veja-se, por exemplo, Peres (2013b, 762-766).

O português (especialmente europeu) tem a particularidade de usar determinantes definidos em contextos em que, noutras línguas, como o inglês, esses elementos não são explicitados, apesar de o valor definido estar presente (no que é frequentemente conhecido pela expressão inglesa *bare nominals*). Destacam-se, entre outros, os sintagmas com nomes próprios de indivíduos ou de (alguns) países – *o João chegou* (vs. *John arrived*), *a Suécia é uma monarquia* (vs. *Sweden is a monarchy*) –, com possessivos – *o meu pai avisou-me* (vs. *my father warned me*) –, com adjetivos temporais dêiticos, como *último* ou *próximo* – *o último fim-de-semana foi muito agitado* (*last weekend was hectic*), *regressarei na próxima*

*semana* (*I will return next week*) –, ou com valor genérico – *a ira é um pecado capital* (vs. *wrath is a deadly sin*), *os computadores mudaram o mundo* (vs. *computers have changed the world*). Na realidade, a expressão morfossintática de valores de definitude varia fortemente entre línguas, mesmo geneticamente afins, como as românicas (cf. e.g. Posner 1996), ou entre variedades de uma mesma língua, como o português europeu e o português brasileiro (cf. e.g. Müller/Oliveira 2004, sobre a distribuição de *bare nominals*), sendo um intenso tópico de estudo em diferentes perspectivas de análise gramatical.

Os determinantes definidos e indefinidos possuem um valor quantificacional intrínseco, universal ou existencial, respetivamente, mas atualmente reconhece-se – seguindo propostas de Hans Kamp ou Irene Heim, no início dos anos 1980, para o inglês (Kamp 1981, Heim 1982) – que a sua função predominante é referencial, e não quantificacional. Além disso, a determinação (essencialmente a definida) pode estar associada a valores quantificacionais explícitos, em sintagmas complexos que conjugam as funções referencial e quantificacional: *os cinco irmãos da Ana que moram no Brasil são meus amigos*, *os 48% de votantes no referendo optaram maioritariamente pelo ‘sim’*, *a Ana preside a uma empresa cujos três principais acionistas são estrangeiros*.

### 2.3 Quantificação

O sistema da quantificação – entendida no sentido lato de “identificação de quantidades” – tem uma expressão gramatical muito ampla no português. Ocorre, de forma especialmente relevante, no sintagma nominal, no sintagma adjetival, no sintagma adverbial e no sintagma verbal. Vejamos cada um destes casos isoladamente.

A **quantificação nominal** é um dos sistemas gramaticais mais bem estudados do português – cf. em especial Peres (1987, 1992, 2013b), de que aqui se exporão as conclusões principais. Do ponto de vista semântico, o referido autor considera que importa distinguir dois grandes modos de quantificação – a contagem e a medição –, a que é possível juntar um terceiro (próximo da medição), a graduação ou quantificação escalar.

A **contagem** nominal opera sobre entidades discretas e é expressa tipicamente através de numerais cardinais e fracionários e de unidades tradicionalmente classificadas como pronomes indefinidos (e.g. *muitos*, *poucos*, *todos*), embora possa ser expressa também por outras formas menos típicas (e.g. adjetivos como *numerosos* ou expressões nominais complexas como *uma data de*). No que respeita a esta forma de quantificação, importa fazer uma distinção entre contagem absoluta e contagem relativa, uma distinção paralela à estabelecida por Kamp/Reyle (1993) entre quantificadores cardinais e quantificadores proporcionais. Existe contagem absoluta quando se afirma que o número total de entidades que possuem uma certa propriedade é igual a um dado valor absoluto (eventualmente definido de forma imprecisa ou vaga): *três balões azuis rebentaram*, *os sindicatos estiveram presentes em mais de seis reuniões*, *telefonei a uma data de amigos*, *há inúmeros problemas para resolver*. Existe contagem relativa quando se afirma que esse número é igual a uma dada proporção (eventualmente definida de forma imprecisa ou vaga, e possivelmente correspondente à totalidade, ou 100 %, caso em que se fala no subtipo especial de

quantificação universal): *dois terços dos balões azuis rebentaram, os sindicatos estiveram presentes em metade das reuniões / na maioria das reuniões, telefonei a todos os meus amigos*. Como se verifica pelos exemplos dados, a contagem relativa opera tipicamente sobre expressões já determinadas (*os balões azuis, as reuniões, os meus amigos*). Já a contagem absoluta opera frequentemente sobre expressões não determinadas (*três balões azuis*), embora possa também fazê-lo sobre expressões determinadas, em construções mais complexas, denominadas partitivas (*três dos balões azuis*).

A **medição** nominal opera sobre entidades não discretas de dois tipos: substâncias e partes de entidades. Também aqui, se pode fazer uma distinção entre quantificação absoluta e relativa, paralela à que é estabelecida no domínio da contagem. Mais concretamente, existe medição absoluta quando se afirma que a quantidade de uma substância com uma certa propriedade é igual a um dado valor absoluto, identificado numa escala autónoma (e eventualmente definido de forma imprecisa ou vaga): *a joia contém cem gramas de ouro, uma grande quantidade de cocaína foi apreendida pela polícia, transacionaram-se toneladas de café, gastou-se muitíssima água*. Existe medição relativa quando se afirma que a parte de uma entidade com uma certa propriedade é igual a uma dada proporção da entidade total (eventualmente definida de forma imprecisa ou vaga, e possivelmente correspondente à porção total): *um terço do ouro encontrado foi confiscado pelo Estado, uma parte da parede foi pintada de azul, colocou-se um andaime à volta de todo o edifício*. Como acontece com a contagem relativa, a medição relativa também opera tipicamente sobre expressões já determinadas (*o ouro encontrado, a parede, o edifício*).

A **gradação** nominal opera sobre propriedades variáveis em escalas, expressas por meios nominais: *os jogadores têm muita confiança na vitória, o treinador tem alguma responsabilidade na derrota*. Trata-se de construções comparáveis às que ocorrem no domínio adjetival, associadas tradicionalmente à variação em grau dos adjetivos – *os jogadores estão muito confiantes na vitória, o treinador é um pouco responsável pela derrota, a sopa está demasiado quente, ele foi um tudo-nada irónico, a Ana não foi nada simpática* – e no domínio adverbial – *a Ana respondeu muito acertadamente, a Ana fez tudo bastante depressa*. Com efeito, a gradação é o modo de quantificação típico dos sintagmas adjetivais, e bem assim dos adverbiais, aplicando-se naturalmente apenas a predicados que denotam propriedades escalares. A marcação é por norma feita através dos tradicionalmente designados advérbios (e locuções adverbiais) de quantidade – *muito, demasiado, um tudo-nada*. Em português, existem ainda sufixos adjetivais de valor quantificacional, isto é, há expressão genuinamente morfológica da quantificação, como em *este quadro é lindíssimo*.

Na estrutura interna de sintagmas verbais, também podem ocorrer quantificadores, aplicados à expressão verbal, indicando valores de grau, intensidade, duração e afins: *gosto muito de cinema, hoje dormi bastante*.

Importa ainda destacar três construções sintáticas, em que os valores de quantificação têm um lugar central, e podem ser coletivamente designadas como **construções de grau**: (i) as **construções comparativas**, cujo elemento oracional é tradicionalmente considerado um tipo de subordinada adverbial (mas, para muitos autores, constitui, discutivelmente, uma forma especial de oração relativa) – e.g. *os Himalaias são mais altos do que os Andes, a Espanha tem menos habitantes hoje do que a França tinha há cinquenta anos atrás, o Pedro*



*esforçou-se tanto como eu*; as construções usualmente designadas como *correlative comparatives* (estruturas de correlação de escalas), têm propriedades afins, mas constituem, possivelmente, uma subclasse à parte – e.g. *quanto mais trabalhares, melhores resultados terás*; (ii) as **construções consecutivas**, cujo elemento oracional também é tradicionalmente considerado um tipo de subordinada adverbial (mas que Peres/Mascarenhas 2006, por exemplo, tratam, juntamente com as comparativas, as completivas e as relativas restritivas, como exemplos de “subordinação presa”) – e.g. *a falésia é tão íngreme que poucos a conseguem escalar*, *a China tem tantos habitantes que teve de aplicar medidas draconianas de controlo do natalidade*, *ele trabalhou tanto que ficou cansado*; (iii) as **construções superlativas (relativas)**, que, ao contrário das duas anteriores, não formam constituintes oracionais, e estão tipicamente associadas a sintagmas nominais definidos, identificando o(s) elemento(s) que ocupam a posição extrema numa dada ordenação; note-se que o quantificador pode estar em posições muito distintas – até bastante encaixadas – dentro do sintagma nominal relevante – e.g. *a Ana é a pessoa mais distraída que conheço*, *os dois escritores com mais obras publicadas foram condecorados*. Sobre a semântica das construções de grau, para o português, veja-se, por exemplo, Marques (2004, 2013b).

## 2.4 Tempo

A semântica temporal do português tem sido um tópico de intensa investigação nos últimos anos, com destaque para cinco áreas: a *Aktionsart* (ou classes aspetuais de situações), o tempo verbal, o tempo adjunto, o tempo argumental e o tempo discursivo (cf. Móia/Alves 2013). Descreverei aqui brevemente apenas as três primeiras, que são aliás as mais estudadas, referindo, no entanto, que têm sido realizados alguns trabalhos sobre a transmissão da informação temporal mediante a combinação predicados-argumentos (cf. e.g. Móia 2006, 2011b) – como em *a invenção da imprensa data de meados do século XV* ou *a leitura da sentença demorou duas horas* – ou em discurso, atendendo às dependências anafóricas transfrásicas e – seguindo trabalho pioneiro de Nicholas Asher e Alex Lascarides para o inglês (Asher 1993, Lascarides/Asher 1993) – às conexões interproposicionais (cf. e.g. Alves 2003; Móia/Alves 2013, 577-581) – como em *a escola vai contratar um professor novo no próximo ano*; *entretanto*, *a Ana irá dar as aulas* (com *entretanto* a designar um intervalo que se estende do momento da enunciação ao tempo futuro referido na primeira frase) ou *a Ana caiu*; *magoou o braço* vs. *a Ana caiu*; *tropeçou numa pedra* (que, variando apenas no verbo da segunda frase, induzem leituras preferenciais distintas, de sequência temporal, no primeiro caso, e de retrocesso temporal, no segundo, com óbvia interferência de aspetos pragmáticos de conhecimento do mundo nessas preferências).

### 2.4.1 *Aktionsart*

As **situações** são entidades do universo do discurso que têm um lugar destacado na semântica temporal. Em português, elas são linguisticamente expressas através de frases plenas (i.e. com verbo) – e.g. *o Paulo foi ao Brasil*, *a estrada esteve cortada* –, estruturas proposicionais sem verbo – e.g. *(é difícil fazer reformas com) os militares no poder* – ou sintagmas nominais com nomes situacionais como núcleo – e.g. *o casamento do Paulo*. A sua importância na semântica temporal resulta de elas serem frequentemente um dos argumentos das principais relações temporais expressas na língua natural, como a localização – e.g. *a*

*estrada esteve cortada, já não está; o Paulo foi ao Brasil há pouco tempo* –, a duração – e.g. *a estrada esteve cortada durante cinco horas; (é difícil fazer reformas com) os militares no poder há tanto tempo* – ou a frequência – e.g. *o Paulo foi ao Porto duas vezes por semana este ano*.

Um facto de grande importância para a descrição gramatical é que as expressões que identificam situações não são todas do mesmo tipo, antes se dividem em classes, conhecidas na literatura com os termos *Aktionsarten* ou categorias/classes aspetuais (de situações), entre outros. Para o português, tem sido considerada relevante a tipologia quadripartida de Vendler (1967), ou a quinepartida de Moens (1987), estabelecidas para o inglês. As classificações em causa resultam, como sublinha Peres (2003), quer de critérios de base ontológica, que distinguem as situações por propriedades (de natureza predominantemente temporal) como a pontualidade, a telicidade ou a homogeneidade, quer de critérios de natureza distribucional, que atendem aos contextos sintáticos em que os elementos de cada classe podem ocorrer (e a aspetos semânticos da sua interpretação nesses contextos).

A **pontualidade** distingue situações às quais não é normalmente associada uma duração, como as representadas por *o Pedro tocou à campainha* ou *o Pedro cortou a meta* (eventos pontuais), de situações que ocupam algum tempo, como *o Pedro esteve em Paris*, *o Pedro nadou* ou *o Pedro resolveu a equação*. Uma subdivisão na classe dos eventos pontuais, não presente em Vendler (1967), mas adotada em Moens (1987), distingue culminações – situações sem duração às quais são associadas consequências linguisticamente relevantes, mais exatamente o que se denomina um estado resultante – de pontos – situações pontuais que não evocam tais consequências. A relevância gramatical da distinção culminações-pontos não é porventura tão evidente em português como em inglês, mas é possível que alguns contrastes gramaticais da nossa língua se correlacionem com essa distinção. Por exemplo: Peres (2003, 214) refere a maior facilidade de usar culminações em construções participais absolutas – *nascido o primeiro filho* vs. *\*tossida a criança*; Cunha (2013, 603) refere a impossibilidade de descrever o estado posterior a um ponto com construções adjetivais precedidas do verbo *estar* – *\*a Maria está espirrada*.

A **telicidade** distingue situações que incorporam um fim intrínseco (ou culminação, ou *telos*), como *o Pedro cortou a meta* ou *o Pedro resolveu a equação* (situações télicas, a primeira pontual, a segunda não pontual), daquelas que, podendo naturalmente ter um início ou um fim, não possuem tal ponto culminativo, como *o Pedro esteve em Paris* ou *o Pedro nadou* (situações atélicas, sempre não pontuais). As situações télicas não pontuais designam-se processos culminados: incluem tipicamente três elementos, agregados, mas relativamente autónomos: um processo preparatório, uma culminação e um estado resultante (que correspondem, *grosso modo*, para o segundo exemplo apresentado, à atividade conducente à resolução da equação – e.g. a realização dos cálculos preliminares –, à culminação que constitui a resolução propriamente dita e ao estado em que a equação em causa se encontra resolvida pelo Pedro, respetivamente). As situações atélicas integram duas formas próximas, os estados e os processos, distinguíveis pelo critério ontológico do grau de homogeneidade, descrito a seguir.

A **homogeneidade** permite separar situações sem esta propriedade (situações heterogéneas), com esta propriedade apenas num certo grau (situações relativamente homogéneas), ou com esta propriedade sem restrições (situações totalmente homogéneas) –

cf. e.g. Eberle (1988, 55). As situações heterogêneas coincidem com os processos culminados (e.g. *o Pedro resolveu a equação*) e são aquelas que, verificando-se minimamente num dado intervalo (o compreendido entre o seu início e a sua culminação), não se verificam em nenhum subintervalo deste; assim, se o Pedro começou a resolver a equação às 14h e terminou às 16h, não se pode dizer que tenha resolvido essa equação entre as 14h30 e as 15h, por exemplo. As situações totalmente homogêneas coincidem com os estados (e.g. *o Pedro esteve em Paris*) e são aquelas que, verificando-se minimamente num dado intervalo, se verificam em todos os seus subintervalos, independentemente da sua extensão (isto é, verificam-se inclusivamente nos instantes pontuais). Assim, se o Pedro esteve em Paris das 14h às 16h, esteve em Paris entre as 14h30 e as 15h ou às 14h55m10s exatas, por exemplo. Finalmente, as situações relativamente homogêneas coincidem com os processos (e.g. *o Pedro nadou*) e são aquelas que, verificando-se minimamente num dado intervalo, se verificam em todos os seus subintervalos, mas só até um certo grau de granularidade; por outras palavras, os processos correspondem tipicamente a uma sucessão de ciclos (e.g. braçadas, no caso de nadar), realizando-se homogeneamente no tempo até ao nível do ciclo relevante (abaixo do qual não faz sentido falar na existência da atividade em causa). Assim, se o Pedro nadou das 14h às 16h, nadou entre as 14h30 e as 15h, mas é estranho considerar que ele nadou às 14h55m10s exatas, por exemplo.

As diferenças acima notadas refletem-se diretamente na gramática do português, em **propriedades distribucionais** das expressões denotadoras de situações e em **propriedades inferenciais** associadas ao seu uso. Na impossibilidade de referir todos os comportamentos sintático-semânticos relevantes, chamo a atenção apenas para dois deles, habitualmente destacados, e que permitem distinguir facilmente, em português, as quatro classes vendlerianas: (i) a combinação com expressões adjuntas de duração, com distinções paralelas às que se estabelecem na língua inglesa – as descrições de eventos pontuais não se combinam com expressões de duração (a não ser que haja uma reinterpretação destes como não pontuais), os processos culminados têm a sua duração expressa por adjuntos encabeçados pela preposição *em* – e.g. *o Pedro resolveu a equação em duas horas* – e os estados e atividades por adjuntos encabeçados pela preposição *durante* (entre outras possibilidades) – e.g. *o Pedro esteve em Paris durante duas semanas*, *o Pedro nadou durante meia hora*; (ii) a associação de valores de iteratividade ao pretérito perfeito composto – quando este tempo verbal é associado a descrições de situações não estativas, há sistematicamente uma interpretação de repetição – e.g. *o Pedro tem nadado (nesta piscina ultimamente)*, *o Pedro tem lido a carta da namorada (todos os dias)*, *o Pedro tem cortado a meta (em todas as corridas em que tem participado)*; quando ele é associado a descrições de situações estativas, pode haver uma interpretação de repetição ou não – e.g. *o Pedro tem estado em Paris (muitas vezes nos últimos meses)* vs. *o Pedro tem estado em Paris (toda esta semana; nunca lá tinha ido antes)*.

Quanto às propriedades inferenciais, destaco apenas a variação no que pode ser deduzido de frases com descrições de processos culminados vs. com descrições de situações atélidas (estados e processos), em combinação com o verbo aspetual *estar a*, variação essa que naturalmente decorre de diferenças na homogeneidade das situações envolvidas. Assim, de *o Paulo está a resolver a equação* (processo culminado), podemos inferir *o Paulo ainda não resolveu a equação*, enquanto que de *o Paulo está a nadar* (processo) ou *o Paulo está a*

*morar em Lisboa* (estado) podemos inferir que *o Paulo já nadou* (alguma coisa) ou *o Paulo já morou em Lisboa* (durante algum tempo), respetivamente.

Importa ainda ter presente que a classificação aspetual das descrições de situações pode variar com o contexto (e ser especialmente sensível a fatores de natureza pragmática – cf. Mória 2011a, 157-159). Em particular, como foi salientado por Moens (1987) para o inglês, e se verifica igualmente em português, uma expressão linguística com uma dada classificação, chamemos-lhe básica, pode receber uma classificação distinta em certos contextos específicos. Estes processos de reclassificação (ou reinterpretação) são conhecidos pelo termo técnico de **comutação aspetual**. Por exemplo, *terminar o trabalho* funciona normalmente como a descrição de uma culminação (evento pontual) – cf. *o Pedro terminou o trabalho às 10h15m em ponto* –, mas, na presença de um adjunto de duração, pode funcionar como a descrição de um processo culminado – cf. *o Pedro terminou o trabalho em duas horas*. Entre os processos de comutação aspetual mais produtivos em português, destacam-se: (i) a passagem de um processo culminado a um processo, por eliminação da culminação, desencadeada pela combinação com elementos durativos típicos dos processos (como adjuntos com *durante* ou o verbo *passar*) – e.g. *o Pedro leu Os Maias durante meia hora*, *o Pedro passou meia hora a ler Os Maias*; (ii) a passagem de uma culminação a um processo culminado por adição de processo preparatório, desencadeada pela combinação com elementos durativos típicos dos processos culminados (como adjuntos com *em* ou o verbo *demorar*) – e.g. *o Pedro terminou a tese em dois anos*, *o Pedro demorou dois anos a terminar a tese*; (iii) a passagem de uma culminação ou um processo culminado a um estado, por focalização no estado resultante, desencadeada pela combinação com elementos durativos típicos dos estados (como adjuntos com *durante*) – e.g. *a fábrica foi encerrada durante seis semanas*, *o hospital anunciou que tinha implantado um coração artificial durante 160 dias no peito de um doente de 38 anos de idade*; (iv) a iteração de qualquer tipo de situação, que resulta em situações com as propriedades dos processos – e.g. *o Pedro espirrou durante cinco minutos*, *o padre leu esta passagem da Bíblia durante anos nas suas missas*.

#### 2.4.2 Tempo verbal

O **tempo verbal** tem sido objeto de grande atenção na descrição gramatical do português, sendo tratado de forma bastante desenvolvida nas gramáticas antigas e tradicionais do português. O tratamento contemporâneo do tempo verbal – cf. e.g. Peres (1993), Oliveira/Lopes (1995) ou Oliveira (2013) – integra geralmente a perspetiva usada por Reichenbach (1947) para a descrição gramatical dos tempos verbais (*tenses*) do inglês.

Muito resumidamente, a ideia central de Reichenbach é que os tempos verbais servem primordialmente para expressar valores de **localização** de situações relativamente a pontos especiais do eixo do tempo (designados por ele *reference points* e por Kamp/Reyle 1993 *temporal perspective points*). A localização pode envolver três relações possíveis: anterioridade, sobreposição e posterioridade. O ponto de perspetiva pode estar situado em três domínios temporais: o passado, o presente (i.e. o momento da enunciação) e o futuro. Tendo em conta estas duas dimensões (modo de localização e posição do ponto de perspetiva), obtemos nove valores básicos para os tempos verbais (do indicativo), que tendem a corresponder a formas específicas: o pretérito perfeito simples, o presente e o futuro imperfeito sinalizam, respetivamente, a anterioridade, a sobreposição e a posterioridade ao

momento da enunciação, comportando-se, por isso, como **tempos dêiticos** – e.g. *a Ana já esteve no Brasil, a Ana vive em Coimbra, a sonda aterrará em Marte*; o pretérito perfeito composto também indica um valor de anterioridade ao momento da enunciação, mas deixa em aberto se a situação relevante ainda está em curso no presente ou não – e.g. *o Paulo tem estado em Paris ultimamente; não sei se já regressou ou se ainda lá está neste momento*; o pretérito mais-que-perfeito, o pretérito imperfeito e o (tradicionalmente designado) condicional presente, sinalizam, respetivamente, a anterioridade, a sobreposição e a posterioridade a um ponto de perspectiva passado, identificado por norma no contexto discursivo prévio, comportando-se, por isso, como **tempos anafóricos** – e.g. *quando a Ana chegou, o Pedro já tinha acabado o trabalho; ontem, às 15 horas, eu estava no aeroporto; o jogador entrou em campo aos 60 minutos, mas seria ele que marcaria o golo da vitória*; finalmente, o futuro perfeito e o futuro imperfeito podem comportar-se como os três tempos anafóricos anteriores (com a primeira forma verbal a marcar anterioridade e a segunda a marcar, ambivalentemente, sobreposição ou posterioridade), mas relativamente a um ponto de perspectiva futuro – e.g. *quando a Ana chegar, o Pedro já terá acabado o trabalho; amanhã, às 15 horas, eu estarei no aeroporto; o jogador só vai entrar em campo aos 60 minutos, mas será ele que marcará o golo da vitória provavelmente*.

As correspondências formas-valores indicadas no parágrafo anterior podem ser consideradas básicas, num certo sentido. Porém, os tempos verbais são extremamente polivalentes e admitem valores (de localização) não básicos, como, entre outros: presente com valor de posterioridade ao presente ou sobreposição a futuro, isto é, como forma equivalente ao futuro imperfeito – e.g. *não te preocupes, eu faço (= farei) o que me pediste; amanhã, às 15 horas, já estou (= estarei) em Portugal de novo*; pretérito perfeito simples com valor de anterioridade a futuro, isto é, como forma equivalente ao futuro perfeito – e.g. *possivelmente, quando esta crónica for publicada já perdeu (= terá perdido) atualidade*.

Acresce ainda que os tempos verbais podem marcar – sozinhos ou em combinação com certos elementos gramaticais – outros valores semânticos além dos de localização temporal. Destacam-se valores, por vezes designados aspetuais, como **genericidade, habitualidade ou iteração**, que frequentemente acumulam com um valor de localização temporal. Por exemplo, o presente tem um valor genérico em frases como *as baleias são mamíferos*; o presente, o pretérito perfeito simples e o pretérito imperfeito têm um valor habitual (que acumula com um valor de localização temporal concordante com os valores básicos definidos acima) em e.g. *o Pedro joga ténis; o Pedro já fumou, agora já não fuma; há dois anos, o Pedro nadava muito, agora não tem feito exercício físico nenhum*; o pretérito perfeito composto tem um valor iterativo quando combinado com descrições de situações não estativas, como em *tenho dormido bem ou não tenho ido ao cinema*.

Sobressaem também valores que não são de natureza temporal, o que revela que a designação tradicional “tempos verbais” é, de certo modo, metonímica, já que apenas cobre uma parte da semântica das formas em causa. Entre estes, ocupam um lugar de destaque os valores modais e afins (como a evidencialidade ou a condicionalidade). Ocorrem ainda valores de natureza predominantemente pragmática, como os que resultam da introdução de marcas de cortesia no discurso. Ilustremos as diferentes situações, apenas para formas do indicativo (e do condicional).

Têm um **valor modal epistémico** (revelando o grau de compromisso do enunciador com a verdade da proposição enunciada) o futuro imperfeito e o futuro perfeito em frases como *a Ana terá uns vinte anos, suponho* ou *a Ana fez anos ontem; terá feito vinte e poucos, imagino*. Tem **valor modal desiderativo** (expressando desejos do enunciador) o pretérito imperfeito em frases como *eu sentava-me agora a descansar e já não trabalhava mais!* Têm um **valor evidencial** (sinalizando o facto – de especial relevância no discurso jornalístico – de a informação ser indireta, transmitida por terceiros) o futuro imperfeito, o futuro perfeito e o presente e pretérito perfeito do condicional, em sequências como as seguintes, extraídas do *corpus* CETEMPúblico: «Os jornais soviéticos informam (...) que vários altos dirigentes do PCUS (...) estarão neste momento no estrangeiro com o fim de levantar dinheiro para uso pessoal.» (ext261983-eco-91b-2); «Os detidos, que praticariam os assaltos no intuito de arranjar dinheiro para droga, terão assaltado uma residência de Faro (...).» (ext1228849-soc-93a-1); «Ainda de acordo com o seu depoimento, os membros da resistência armada teriam assaltado uma coluna militar que transportava gado (...).» (ext950277-soc-97b-2). Têm um **valor condicional** (respeitante à dependência de uma situação da realização de uma outra) o presente e pretérito perfeito do condicional em frases como *se eu tivesse possibilidades, iria viver para o campo; se eu tivesse tido possibilidades, teria ido viver para o campo*. Em Portugal, o pretérito imperfeito e o pretérito mais-que-perfeito, podem ocupar o lugar das duas formas verbais acima, respetivamente, sem alteração de valor: *ia* (= *iria*) / *tinha ido* (= *teria ido*) *viver para o campo*. Têm um **valor pragmático** (sinalizando cortesia, delicadeza ou valores afins) o pretérito imperfeito em e.g. atos de fala diretivos ou expressivos na primeira pessoa – *queria* (= *quero*) *um café, por favor; tinha* (= *tenho*) *muita vontade de te ajudar, mas não posso* – ou o pretérito imperfeito ou o presente do condicional em e.g. atos de fala diretivos nas segunda e terceira pessoas – *poderia / podia* (= *pode*) *dizer-me as horas?*.

### 2.4.3 Tempo adjunto

Os **adjuntos temporais** formam um sistema altamente complexo da gramática do português. Apresentam grande diversidade de formas – desde unidades lexicais como *ontem* ou *então* até sintagmas de grande complexidade estrutural como *desde há mais de seis semanas atrás* – e acomodam uma paleta muito diversificada de valores. Consideremos alguns dos principais.

A **localização de situações** no tempo pode ser realizada através do tempo verbal, que, como vimos acima, posiciona os estados-de-coisas relativamente a pontos de perspetiva, mas também – sempre que se pretende um maior grau de precisão – através de adjuntos temporais, como nas frases *o presidente do partido iniciou o discurso às 17h em ponto* ou *a estrada estará cortada entre os dias 12 e 16 do corrente mês*. As situações podem ser localizadas relativamente a intervalos designados diretamente, mediante expressões estritamente temporais (expressões denotadoras de intervalos), como nos exemplos acima, ou relativamente a situações, ou mesmo a indivíduos (cf. Móia 2000, 111), como nos dois exemplos seguintes, respetivamente: *o presidente do partido apresentou o seu programa eleitoral durante o congresso do partido*; «as imagens (...) fazem dos restos da Jugoslávia de Tito uma tragédia histórica, sem par na Europa desde Hitler» (CETEMPúblico, ext954822-pol-92b-2). O modo como as situações são localizadas no tempo depende crucialmente de dois fatores linguísticos: a *Aktionsart* (mais especificamente, a telicidade) das expressões que

descrevem essas situações e os conectores temporais utilizados (cf. Kamp & Reyle 1993; Mória 2000, 271ss.). Assim: (i) as situações télicas são tipicamente localizadas dentro do intervalo de localização da frase (**localização inclusiva**) – e.g. *Einstein nasceu em 1879*, *Tchaikovsky compôs O Lago dos Cisnes na década de 1870*; (ii) as situações atélicas associadas a conectores durativos, como *desde* ou *de...a*, preenchem totalmente o intervalo de localização da frase (**localização durativa**) – e.g. *Einstein viveu na Suíça de 1895 a 1914*, *Timor-Leste é membro das Nações Unidas desde 27 de setembro de 2002*; (iii) as situações atélicas associadas a conectores não durativos, como *em* ou *durante*, sobrepõem-se ao intervalo de localização da frase, sem indicação precisa sobre a forma (preenchimento parcial ou total) que essa sobreposição assume (**localização de simples sobreposição**) – e.g. *a Ana esteve em Paris em Agosto*, *choveu durante o fim-de-semana*.

A **duração** tem uma expressão linguística muito eclética no português (cf. Mória 2006), com os adjuntos temporais – além dos verbos durativos (e.g. *durar*, *demorar*, *passar*, *levar*) – num lugar de grande destaque. Dado que a duração consiste na associação de quantidades de tempo a situações ou intervalos, ela envolve tipicamente predicados de quantidade de tempo, expressões nominais como *cinco minutos*, *um ano e meio*, *anos e anos* ou *muito tempo*. No que respeita à duração adjunta de situações, ela depende centralmente – em português como em muitas outras línguas – de valores de *Aktionsart*. Assim, a duração de processos culminados, ou seja, a quantidade de tempo que decorre até ser atingida a culminação, é marcada tipicamente por adjuntos introduzidos por *em* seguidos de um predicado de quantidades de tempo – e.g. *Usain Bolt correu os cem metros em 9,58 segundos*; já a duração de estados e processos (situações atélicas) é marcada tipicamente por adjuntos introduzidos por *durante* (ou *por*, principalmente em português brasileiro, nas variedades contemporâneas) seguidos de um predicado de quantidades de tempo – e.g. *o Rio de Janeiro foi a capital do Brasil durante quase 197 anos*, «*Por anos*, a dama e o cavaleiro viveram em boa paz e união.» (in Alexandre Herculano, *Lendas e Narrativas*, apud Mória 2001, 417); em muitos casos (de expressão de duração de situações atélicas), o conector de duração não está explícito, sendo o adjunto coincidente superficialmente com um predicado de quantidades de tempo – e.g. *a Ana descansou várias horas*, *a Ana viveu um ano e meio no Brasil*.

No que respeita à duração adjunta, importa ainda destacar duas modalidades especiais, com propriedades semânticas distintas da “duração comum”, e associadas em português – ao contrário do que acontece no inglês, que explora a polivalência de um único conector, *for* – a conectores especializados: (i) a **duração ancorada**, duração atingida por uma situação atélica num dado ponto do eixo do tempo, combinando, por isso, valores de duração e de localização; é expressa tipicamente por adjuntos encabeçados pelos conectores *há/havia* (formas verbais em processo de mudança linguística, com propriedades de preposição temporal – cf. Mória 2011c) – e.g. *Brasília é a capital do Brasil há mais de 44 anos*; *quando Colombo chegou à América, a civilização olmeca já tinha desaparecido há/havia vários séculos*; (ii) a **duração planeada**, duração do estado resultante de uma situação télica, tipicamente pontual, associada a um valor de intencionalidade (valor não factual); é expressa normalmente por adjuntos encabeçados pela preposição *por* – e.g. *o recluso saiu por duas horas (mas só regressou oito horas depois)*, *emprestei um livro à Ana por uns dias (mas ela nunca mo devolveu)*.

No subsistema do tempo adjunto, têm ainda particular relevância relações, de natureza diversa, que aliam tempo e quantificação sobre situações. Destaco quatro delas (cf.

Móia/Alves 561-563): (i) a **frequência**, que respeita ao número de ocorrências de situações por unidade de tempo ou por situação, como nos dois exemplos que se seguem, respetivamente: *a Ana vai ao cinema três vezes por semana; ao serviço do Real Madrid, Cristiano Ronaldo marcou um média de 1,05 golos por jogo*; a frequência resulta de uma divisão do número total de ocorrências relevantes (idas ao cinema ou marcações de golos) pelo número total de unidades consideradas (semanas ou jogos), num intervalo implícita ou explicitamente determinado (o período pré-enunciação, pragmaticamente relevante, em que se faz a contagem de idas ao cinema da Ana, ou o período, fixado discursivamente através do adjunto inicial, em que Cristiano Ronaldo esteve ao serviço do Real Madrid); (ii) a **periodicidade**, que respeita ao intervalo médio (dado em unidades de tempo ou situações) que separa ocorrências de situações que se repetem no tempo – e.g. *a Ana vai ao Porto ver os pais de duas em duas semanas, o motorista leva o camião à revisão de cinco em cinco viagens*; (iii) a **localização associada a quantificação** sobre intervalos ou situações correlacionáveis, onde a quantificação induz uma repetição das situações localizadas – e.g. *a Ana foi ao Porto quase todos os fins-de-semana do mês passado, o Cristiano Ronaldo marcou um golo de cabeça em 12% dos jogos que fez ao serviço do Real Madrid, o presidente foi aplaudido de pé de cada vez que discursou*; (iv) a **delimitação temporal da quantificação**, que identifica a totalidade de situações de um determinado tipo que ocorrem dentro de um dado intervalo de tempo (cf. Móia 2000, 295ss.) – e.g. *os chefes de estado do G-20 já se reuniram dez vezes desde 2008, a ponte já foi restaurada três vezes desde a sua construção, a Ana leu sete livros no espaço de cinco dias*.

## 2.5 Modalidade

O conceito de modalidade tem uma amplitude muito variável consoante os autores, podendo abranger um conjunto vasto e relativamente heterogéneo de valores que incidem sobre uma proposição, alguns dos quais estreitamente relacionados com os valores marcados pelo modo (nas formas verbais). Simplificando bastante, poderíamos considerar que «do ponto de vista linguístico, (...) a *modalidade* é a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes» (Oliveira 2003, 245).

Entre os valores modais mais estudados e mais comumente referidos (cf. para o português, entre muitos outros, Oliveira 1988; Marques 1995, 2013a; Oliveira/Mendes 2013), destacam-se (ignoradas algumas variações na terminologia e na extensão dos conceitos): (i) **valores epistémicos e afins**, relacionados com a verdade das proposições (ou o compromisso do enunciador com essa verdade, decorrente do seu estado de conhecimento ou das suas crenças), e abrangendo noções como certeza, possibilidade, probabilidade ou plausibilidade – e.g. *o Paulo deve chegar atrasado, porque está muito trânsito; amanhã é capaz de chover; talvez chova esta semana; possivelmente, vamos chegar atrasados; a Ana terá uns vinte anos*; (ii) **valores deônticos**, relacionados com as condições de realização das situações, dado um sistema de normas, e abrangendo noções como obrigação, permissão ou proibição – e.g. *todos devemos respeitar a lei; temos de chegar a horas; o professor disse que já podemos sair*; (iii) **valores de capacidade, necessidade e afins**, por vezes referidos como “modalidade interna ao participante” nos casos em que esses valores se associam diretamente a um argumento da predicação – e.g. *o Paulo já não pode passar sem exercício físico, o Paulo tem de fazer exercício físico para se sentir bem disposto* – e “modalidade externa ao participante” nos



casos em que se associam a circunstâncias exteriores – e.g. *tem de fazer mais calor para esta árvore frutificar*; (iv) **valores desiderativos**, relacionados com a expressão de vontades, desejos, esperanças e emoções afins – e.g. *oxalá o Paulo não chegue atrasado; eu já me sentava!*; *não pode chover, estragava-nos os planos*; (v) **valores avaliativos**, relacionados com o juízo que o enunciador faz do conteúdo das proposições descritas – e.g. *lamento que não tenhas vindo; ainda bem que vieste; felizmente, não choveu*.

Como se pode facilmente verificar pelos exemplos acima, a modalidade é codificada linguisticamente em português de maneiras muito diversas. Destacam-se os chamados verbos auxiliares modais (e.g. *poder, dever, ser capaz de, ter de, haver de*), os advérbios (e locuções adverbiais) modais (e.g. *talvez, possivelmente, oxalá, sem dúvida*), os predicados plenos – verbos, adjetivos, substantivos – com argumentos oracionais (e.g. *acreditar, duvidar, lamentar, lamentável, certeza, hipótese*), certos “tempos verbais” (cf. futuro imperfeito ou pretérito imperfeito em exemplos da secção anterior) e – como tem sido amplamente discutido nos trabalhos de Marques (e.g. 1995) – o próprio modo verbal (cf. variação indicativo / conjuntivo, em *o Pedro não acredita que a Ana é/seja inocente*).

## 2.6 Negação

O sistema da negação tem sido muito estudado para o português, quer no plano predominantemente sintático (cf. e.g. Martins 1997, 2010, 2014; Matos 1999; Hagemer/Santos 2004) quer no plano semântico (cf. e.g. Peres 1997, 2000, 2013a).

Ignorando as manifestações predominantemente morfológicas, morfossintáticas e lexicais da negação, podemos considerar que a negação – sintática – se realiza em português em dois grandes formatos estruturais: a negação oracional e a negação de constituintes.

A **negação oracional** verifica-se quando o operador negativo se aplica diretamente a estruturas proposicionais, conferindo-lhes um valor negativo. Realiza-se, por exemplo: (i) com os operadores *não* ou *nem* (este último associado a um valor enfático), em orações matriz (entre outras) – e.g. *não foi encontrada vida em Marte; a Ana nem pensou duas vezes antes de desistir*; (ii) com o operador *sem*, em orações subordinadas – e.g. *corremos até à meta sem parar; é preciso alterar a lei sem que o interesse privado se sobreponha ao interesse público; sem a Ana chegar, não posso sair*; (iii) com o operador *nem*, em orações coordenadas, com primeiro elemento negativo – e.g. *não choveu nem fez sol, nem choveu nem fez sol*.

A **negação de constituintes** verifica-se quando o operador negativo se aplica no interior de um constituinte de uma frase (e.g. um sintagma nominal ou adverbial). Realiza-se, por exemplo: (i) com a preposição *sem* (antónima de *com*) em construções nominais – e.g. *comprei uma casa sem a ajuda dos meus pais*; (ii) com o operador *não*, em estruturas com *mais de, menos de, muitos, poucos* e afins (na negação da superioridade e da inferioridade) – e.g. *não mais de 10 % da população lê habitualmente o jornal*; (iii) com o operador *nem*, em estruturas de negação da universalidade, negação existencial particularizada e negação de cardinalidade – e.g. *nem sempre / nem em tudo se acerta, nem o Pedro faltou, nem cinco pessoas levantariam este peso*; (iv) com o operador descontinuo *nem... nem*, na negação existencial enumerativa – e.g. *nem o Pedro, nem Ana, nem o Rui faltaram*.

Merecem ainda especial destaque, no português, pela sua diversidade e pela complexidade da sua análise gramatical e classificação: (i) as construções com as chamadas “expressões autonegativas” – *ninguém, nada, nunca, jamais, nenhum N’ ou N’ nenhum/algum* –, em que o valor negativo está morfossintacticamente fundido com um valor de quantificação existencial (em sintagmas de valor intrinsecamente negativo) – e.g. *ninguém entrou, nunca / jamais menti, nenhuma pessoa é dispensável, em momento algum hesitei*; (ii) as construções com o verbo negativo *deixar*; note-se, por um lado, que delas se podem normalmente construir paráfrases com operadores de negação frásica – por exemplo, o excerto «Houve alguma confusão, mas não foi por isso que deixámos de chegar à final.» (CETEMPúblico, ext211953-nd-96a-1) mantém o valor se substituirmos a sequência sublinhada por *não chegámos à final*; porém, elas exibem, por outro lado, importantes diferenças relativamente às construções típicas de negação frásica, sendo nomeadamente compatíveis com expressões negativas pré-verbais: *nenhum doente {deixará de ser / \*não será} atendido por não estar inscrito na consulta* (Peres 2013a, 469).

O português possui ainda alguns subtipos especiais de negação sintática, de que podemos destacar os seguintes, estudados nas referências acima: (i) a **negação metalinguística**, em que o operador negativo não contradiz a proposição em que está inserido, antes nega a adequação (de forma ou significado) dos elementos linguísticos utilizados – e.g. *o Pedro não «entreviu» na discussão, «interveio»; não gosto de chocolate, adoro!*; «o porco fica desta vez livre e quite, porque D. Diogo Lopes não corre, voa para o penhasco» (in Alexandre Herculano, *A Dama Pé-de-Cabra*); (ii) a **negação associada a enunciados interrogativos** em que o operador negativo não altera o valor do acto de fala realizado – e.g. *não te importas de abrir a porta?* e *importas-te de abrir a porta?* podem ser formas de realizar exatamente o mesmo pedido, ainda que possam divergir em aspetos de natureza pragmática; (iii) a **negação reforçada**, que enfatiza o valor de um operador negativo já presente na frase – e.g. *não quero, não; não vou nada chegar atrasado*; (iv) a **negação expletiva**, que não possui qualquer valor negativo e pode estar associada a construções negativas ou afirmativas (subclassificando-se como negação expletiva redundante e não redundante, respetivamente) – e.g. *o edifício está muito instável, não tarda muito que não caia!*, *o que eu não daria para estar agora de férias!*; (v) a **dupla negação**, em que dois operadores negativos em sequência (*não sem, não deixar* ou *sem deixar*) se “cancelam”, veiculando um valor positivo; naturalmente, o seu uso está condicionado por fatores estilísticos e/ou pragmáticos – e.g. *o político lá ia respondendo, não sem que aqui ou ali transparecesse alguma irritação; tenho a certeza de que o Pedro não deixará de vir à festa; consegue ser uma sinfonia vanguardista, sem deixar de ser melodiosa*.

Note-se, ainda, que podem existir combinações destas construções especiais, tanto quanto sei não descritas na literatura, como na sequência *não deixa de ser interessante, não* (com dupla negação e negação reforçada) ou no excerto, de aceitabilidade marginal, «Mas (...) foi perdendo o tom agressivo e acabou por entregar os *kits* pedidos, não sem deixar de cobrar a taxa, que sublinhou tem de ser sempre paga (...).» (CETEMPúblico, ext1246101-soc-93b-2). Note-se que, neste último caso, há três elementos negativos consecutivos (*não, sem, deixar*) e um valor proposicional afirmativo (a taxa foi cobrada), o que parece resultar de uma associação, particularmente pesada, de dupla negação a um terceiro elemento, expletivo.

Finalmente, um dos aspetos gramaticais mais interessantes associados às construções de negação do português é a chamada **concordância negativa**, que distingue a nossa língua de,

por exemplo, o inglês-padrão – cf. *a Ana não viu ninguém* vs. *Ana didn't see anybody/\*nobody*. Sobre este tópico, veja-se, entre muitos outros, Peres (1997) ou Matos (1999), para o português, e Swart/Sag (2002) ou Giannakidou (2006), para outras línguas, românicas e não só. Ignorando diversos aspetos mais complexos da concordância negativa, podemos dizer que ela se caracteriza, no português atual, pela ocorrência de expressões com forma negativa (e.g. *ninguém, nada*), mas valor semântico positivo, nomeadamente indefinido/existencial, em posição pós-verbal e sob o escopo de constituintes negativos adequados, denominados “legitimadores da concordância negativa” (negações oracionais, negações existenciais, ou, ainda, negações nominais com *sem*) – *a Ana NÃO viu ninguém, a Ana resolveu a equação SEM pedir ajuda a ninguém; NEM eu sei nada do que se passa; corres o risco de ficar SEM nada*.

No que se refere ainda à concordância negativa, destacam-se duas construções particularmente complexas: (i) a **concordância negativa múltipla**, em que as expressões de forma negativa sem valor negativo em posição pós-verbal são mais de uma – e.g. *eu NUNCA disse nada a ninguém sobre nenhum desses assuntos; o Pedro foi-se embora SEM dizer nada a ninguém*; (ii) a **concordância negativa transfrásica**, em que o legitimador da concordância negativa está numa frase matriz e a expressão de forma negativa sem valor negativo está numa frase encaixada (tipicamente, completiva) – e.g. *eu NÃO pedi que tu falasses com ninguém, falaste porque quiseste*.

## 2.7 Dependências anafóricas

Como já foi dito acima, a interpretação de certas expressões linguísticas – ditas genericamente anafóricas – depende do contexto linguístico em que ocorrem. No caso mais típico, que abrange o que podemos classificar como anáforas em sentido estrito, a interpretação é realizada mediante a associação a uma expressão precedente, criando-se uma cadeia referencial retrospectiva – e.g. *o presidente já discursou, mas eu não ouvi o que ele disse; a Ana visitou o Japão e gostou muito de lá ter ido; o Paulo viu-se obrigado a escrever com a mão esquerda, mas não se ajeitava nada a escrever assim*. Em certos casos, é possível que a expressão referencialmente dependente preceda aquela que permite a interpretação, formando-se uma cadeia prospetiva ou catafórica – e.g. *o Paulo sugeriu – e isso pareceu-me acertado – que a reunião fosse adiada uns dias*.

Do ponto de vista da sua realização morfossintática, as anáforas têm uma expressão muito variada, destacando-se em português: (i) os pronomes e outras unidades tradicionalmente classificadas como advérbios – e.g. *ele, lá, assim, isso*, nos exemplos acima; (ii) os sintagmas nominais definidos, incluindo os que integram demonstrativos – e.g. *uma bomba explodiu no mercado central de Bagdade; {a bomba / essa bomba} foi colocada por fundamentalistas islâmicos; eu bem avisei o Paulo, mas o teimoso não me deu ouvidos*; (iii) as categorias vazias, ou anáforas nulas ([ ]), de presença extremamente forte no português, uma língua de sujeito nulo – e.g. *a Ana disse que [ ] vai a Paris com a mãe [ ] amanhã, a Ana chegou no dia 12 e o Pedro chegou na véspera [ ]*; (iv) as expressões predicativas verbais de carácter anafórico, construídas com os verbos *fazer, acontecer* e afins – e.g. *o Pedro comprou um barco e eu vou fazer o mesmo, a Ana foi induzida em erro e o mesmo aconteceu comigo*.

Do ponto de vista categorial, as expressões anafóricas e seus antecedentes formam cadeias de tipos muito diversos: nominais, frásicas, verbais ou (de sintagmas) preposicionais –

já exemplificadas acima – e ainda adjetivais – e.g. *os passageiros estavam ansiosos por chegar e o comandante não o estava menos; a bactéria revelou-se resistente aos principais antibióticos; bactérias assim são o pesadelo de qualquer médico* – ou adverbiais – *pensei que ias falar devagar, mas não falaste nada assim*.

Do ponto de vista semântico, as expressões anafóricas e seus antecedentes formam cadeias referenciais envolvendo entidades de tipos ontológicos muito distintos: indivíduos ou objetos comuns, propriedades, intervalos de tempo, situações, etc. A relação semântica prototípica, nestas cadeias, é a **correferência**, que acontece quando duas (ou mais) expressões de um texto representam exatamente a mesma entidade do mundo. Existem, porém, outros casos. Entre as anáforas de tipos especiais, descritas para outras línguas como o inglês, mas igualmente existentes em português, destacam-se: (i) a **anáfora seccionante**, que envolve referência a uma parte de uma entidade (por exemplo, coletiva) mencionada anteriormente – e.g. *entrou um casal na sala; {ela / a mulher} trazia um vestido vermelho*; (ii) a **anáfora com antecedentes descontínuos**, que envolve referência, mediante uma expressão plural, a entidades identificadas por mais de um constituinte precedente – e.g. *o Pedro foi ao cinema com a Ana e a Rita; eu não pude ir com eles*; (iii) a **anáfora obtida por abstração**, que envolve reconstrução do antecedente a partir de material (normalmente quantificado) presente no contexto, sem que haja correferência com um constituinte específico – e.g. *a Ana comprou dois terços dos livros que o professor recomendou; eles estão em cima da mesa* (cf. Kamp/Reyle 1993, 309ss.); (iv) a **anáfora reconstrutiva temporal/situacional** (extensamente estudada para o português por Alves 2003), em que um intervalo de tempo é identificado indiretamente através de uma situação – *o Pedro esteve em Paris; a Ana esteve em Londres na mesma altura*; (v) a **anáfora ligada**, que envolve um processo de ligação de variáveis quantificadas – e.g. *todos os políticos acham sempre que as suas propostas são fantásticas*. Como se pode verificar pelos exemplos aqui apresentados, a interpretação das expressões anafóricas é fortemente condicionada por questões de natureza pragmática e assenta em grande medida em processos dedutivos.

## 2.8 Conexões interproposicionais

No plano da construção textual, tem especial relevância gramatical o estudo das conexões entre proposições, que abrange os conceitos tradicionais de subordinação, coordenação e justaposição. Deixando de lado as orações completivas, relativas, comparativas e consecutivas, as conexões interproposicionais, surgem em três grandes formatos sintáticos, na arrumação de Peres/Mascarenhas (2006), que se afasta parcialmente das propostas tradicionais: (i) a **subordinação livre**, que corresponde ao núcleo central da subordinação adverbial tradicional; é formada por aplicação de orações temporais, causais, finais, condicionais ou concessivas a proposições completas, sintaticamente dominantes (“subordinantes”) – e.g. *a jarra partiu-se porque a Ana a deixou cair* – e acrescentando informação semântica (valores de tempo, causa, finalidade, condição e contradição, respetivamente) que pode igualmente ser veiculada por meios não oracionais; a sua aplicação cria uma frase que expande a predicação contida na subordinante; podemos considerar que o uso de orações gerundivas adverbiais, que exprimem um conjunto extraordinariamente diversificado de valores (além dos cinco atrás referidos, que também podem exprimir), se inscreve igualmente neste formato – e.g. *temendo represálias, os manifestantes dispersaram*

(cf. Mória/Viotti 2005); (ii) a genuína **coordenação**, que corresponde ao núcleo central da coordenação tradicional; é formada por aplicação de orações coordenadas copulativas, disjuntivas ou adversativas com *mas* a proposições completas, do mesmo nível hierárquico; a combinação das duas frases coordenadas cria uma terceira frase, complexa, com condições-de-verdade distintas das dos seus elementos constituintes, ainda que deles dependentes – e.g. *choveu imenso, mas não houve acidentes*; (iii) as conexões que, ao contrário das duas anteriores, não formam frases, mas sim textos ou fragmentos textuais, objetos com propriedades sintático-semânticas não oracionais; são designadas coletivamente como **conexões textuais** e abrangem, na opinião dos referidos autores, a justaposição e construções afins, como, por exemplo, as que integram conectores adversativos distintos de *mas* (como *porém, todavia, contudo, no entanto*), conectores conclusivos e conectores explicativos – e.g. *choveu imenso; contudo, não houve acidentes*.

Do ponto de vista semântico, os três formatos implicam o estabelecimento de ligações lógicas entre as proposições conectadas, essenciais para o processamento dos discursos (e codificadas no Princípio de Conexidade Discursiva e relações discursivas a ele associadas; cf. e.g. Asher/Lascarides 2003). É de sublinhar que a lista de valores semânticos que ligam proposições ultrapassa largamente a lista de formatos (e subformatos) sintáticos, o que se deve a que, embora alguns destes sejam monovalentes (e.g. as causais ou as conclusivas), muitos são altamente polivalentes, veiculando – em interação estreita com questões pragmáticas – um vasto espectro de valores. Como exemplo de formatos sintáticos extremamente polivalentes, podem referir-se a justaposição simples (sem conectores) – e.g. *a Ana deixou cair a jarra; a jarra partiu-se* (valor consequencial); *a Ana caiu; tropeçou numa pedra* (valor causal); *a Ana esteve em Paris; visitou o Louvre* (valor de explicitação de pormenor, ou “Elaboração”) – ou a aplicação de gerundivas adverbiais – e.g. *a Ana trancou a porta, impedindo os ladrões de entrar* (valor consequencial); *a Ana esteve em Paris, tendo visitado o Louvre* (valor de explicitação de pormenor); *a Ana abraçou o Pedro, apertando-o com força* (valor de modo); *a Ana saiu de casa, dirigindo-se apressadamente para o carro* (valor temporal de posterioridade).

### 3 Referências

- Alves, Ana Teresa (2003), *Sobre a Localização Temporal Adverbial Anafórica em Português*, dissertação de doutoramento, Universidade dos Açores, Ponta Delgada.
- Asher, Nicholas (1993), *Reference to Abstract Objects in English: A Philosophical Semantics for Natural Language Metaphysics*, Dordrecht, Kluwer Academic Press.
- Asher, Nicholas/Lascarides, Alex (2003), *Logics of Conversation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Cunha, Luís Filipe (2013), *Aspeto*, in: Eduardo B. Paiva Raposo *et al.* (orgs.), *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 585-619.
- Eberle, Kurt (1998) *The Influence of Plural NPs on Aktionsart in DRT*, in: Fritz Hamm/Erhard Hinrichs (edd.), *Plurality and Quantification*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 55-111.
- Giannakidou, Anastasia (2006), *N-words and Negative Concord*, in: Martin Everaert *et al.* (edd.), *The Blackwell Companion to Syntax*, vol. III, Oxford, Wiley-Blackwell, 327–391.

- Grice, H. Paul (1975), *Logic and conversation*, in: Peter Cole/Jerry L. Morgan (edd.), *Speech Acts*. New York, Academic Press, 41–58.
- Hagemer, Tjerk/Santos, Ana Lúcia (2004) *Itens de polaridade na periferia direita: negação aparentemente descontínua, afirmação enfática e tags*, in: *Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa, APL, 465-476.
- Heim, Irene (1982) *The Semantics of Definite and Indefinite Noun Phrases*, Ph.D dissertation, University of Massachusetts, Amherst.
- Kamp, Hans (1981) *A Theory of Truth and Semantic Representation*, in: Jeroen Groenendijk et al. (edd.), *Formal Methods in the Study of Language*, Amsterdam, Mathematical Centre; reprinted in Jeroen Groenendijk et al. (edd.), 1984, *Truth, Interpretation and Information. Selected Papers from the Third Amsterdam Colloquium*, Dordrecht, Foris, 1-41.
- Kamp, Hans/Reyle, Uwe (1993), *From Discourse to Logic – Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer.
- Lascarides, Alex/Asher, Nicholas (1993), *Temporal Interpretation, Discourse Relations, and Commonsense Entailment*, *Linguistics and Philosophy* 16, 437-493.
- Marques, Rui (1995), *Sobre o Valor dos Modos Conjuntivo e Indicativo em Português*, dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Marques, Rui (2004), *Para uma Semântica das Construções Comparativas em Português*, dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Marques, Rui (2013a), *Modo*, in: Eduardo B. Paiva Raposo et al. (orgs.), *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 673-693.
- Marques, Rui (2013b), *Construções de Grau*, in: Eduardo B. Paiva Raposo et al. (orgs.), *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2141-2173.
- Martins, Ana Maria (1997) *Aspectos da Negação na História das Línguas Românicas: da Natureza de Palavras como nenhum, nada, ninguém*, in *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, Vol. II, Lisboa, APL, 179-210.
- Martins, Ana Maria (2010), *Negação Metalinguística (lá, cá e agora)*, *Actas do XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Lisboa, APL, 225-237.
- Martins, Ana Maria (2014), *How Much Syntax is there in Metalinguistic Negation?*, *Natural Language and Linguistic Theory* 32.2: 635-672.
- Matos, Gabriela (1999) *Negação Frásica e Concordância Negativa em Português Europeu*, in: *Actas do XIV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Aveiro, 28-30 de Setembro de 1998)*, Vol. II, Braga, APL, 197-218.
- Moens, Marc (1987) *Tense, Aspect and Temporal Reference*, dissertação de doutoramento, Universidade de Edimburgo.
- Móia, Telmo (2000), *Identifying and Computing Temporal Locating Adverbials with a Particular Focus on Portuguese and English*, dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa. Disponível em: [http://www.clul.ul.pt/files/telmo\\_moia/tmoia\\_phd2000.pdf](http://www.clul.ul.pt/files/telmo_moia/tmoia_phd2000.pdf)
- Móia, Telmo (2001), *Sobre a Expressão da Duração em Português Europeu e Português Brasileiro: o Uso de Sintagmas com a Preposição por*, in Maria Elias Soares (org.),

- Boletim da Associação Brasileira de Linguística, Número Especial, II Congresso Internacional da ABRALIN, Anais - Vol. I, Fortaleza, ABRALIN, 415-419.*
- Móia, Telmo (2006), *Portuguese Expressions of Duration and their English Counterparts*, *Journal of Portuguese Linguistics* 5.1, 37-73.
- Móia, Telmo (2011a), *Aspectos Pragmáticos da Interpretação da Informação Temporal*, in Maria Auxiliadora F. Lima/Francisco Alves Filho/Catarina Mendes da Costa (orgs.), *Colóquios Linguísticos e Literários: Enfoques Epistemológicos, Metodológicos e Descritivos*, Teresina, EDUFPI, 153-174.
- Móia, Telmo (2011b), *Sobre a Expressão Lexical da Duração e da Localização Temporal em Português*, in: Mathias Arden/Christian Märzhäuser/Benjamin Meisnitzer (eds.), *Linguística do Português. Rumos e Pontes*, München, Martin Meidenbauer Verlag, 251-269.
- Móia, Telmo (2011c), *Expressões Temporais com Haver: Gramaticalização e Interpretação Semântica*, in: *XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Textos Seleccionados 2010. Porto 2010*, Lisboa, APL, 401-419.
- Móia, Telmo/Alves, Ana Teresa (2013), *Tempo Adjunto e Tempo Discursivo*, in: Eduardo B. Paiva Raposo *et al.* (orgs.), *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 557-581.
- Móia, Telmo/Viotti, Evani (2005), *Sobre a Semântica das Orações Gerundivas Adverbiais*, in: *Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa, 13-15 de Outubro de 2004)*, Lisboa, APL, 715-729.
- Müller, Ana/Oliveira, Fátima (2004), *Bare Nominals and Number in Brazilian and European Portuguese*, *Journal of Portuguese Linguistics* 3.1, 9-36.
- Oliveira, Fátima (1988), *Para uma Semântica e Pragmática de dever e poder*, dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto.
- Oliveira, Fátima (2003), *Modalidade e Modo*, in Maria Helena M. Mateus *et al.*, *Gramática da Língua Portuguesa*, 5.<sup>a</sup> ed. revista e aumentada, Lisboa, Editorial Caminho, 243-272.
- Oliveira, Fátima (2013), *Tempo Verbal*, in: Eduardo B. Paiva Raposo *et al.* (orgs.), *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 509-553.
- Oliveira, Fátima/Lopes, Ana Cristina M.: (1995), *Tense and Aspect in Portuguese*, in: Rolf Thieroff (ed.), *Tense Systems in European Languages II*, Tübingen, Niemeyer, 95-115.
- Oliveira, Fátima/Mendes, Amália (2013), *Modalidade*, in: Eduardo B. Paiva Raposo *et al.* (orgs.), *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 623-669.
- Peres, João Andrade (1987), *Para uma Semântica Formal da Quantificação Nominal Não-Massiva*, dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa.
- Peres, João Andrade (1992), *Questões de Semântica Nominal*, *Cadernos de Semântica* 1, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Peres, João Andrade (1993), *Towards an Integrated View of the Expression of Time in Portuguese*, *Cadernos de Semântica* 14, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Peres, João Andrade (1997), *Extending the Notion of Negative Concord*, in: Danielle Forget *et al.* (orgs.), *Negation and Polarity, Syntax and Semantics, Selected Papers from the Colloquium Negation: Syntax and Semantics, Ottawa, 11-13 May, 1995*, Amsterdam, John Benjamins, 289-310.

- Peres, João Andrade (1998), *Issues on Distributive and Collective Readings*, in: Fritz Hamm/Erhard Hinrichs (edd.), *Plurality and Quantification*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers, 339-365.
- Peres, João Andrade (2000) *On the Nature and Licensing Conditions of N-phrases in Portuguese*, DELTA 16, 165-199.
- Peres, João Andrade (2003), *Estrutura das Situações e Semântica Temporal*, in: Ivo Castro/Inês Duarte (orgs.), *Razões e Emoção. Miscelânea de Estudos em Homenagem a Maria Helena Mateus*, Vol. II, Lisboa, INCM, 199-216.
- Peres, João Andrade (2013a), *Negação*, in: Eduardo B. Paiva Raposo *et al.* (orgs.), *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 461-498.
- Peres, João Andrade (2013b), *Semântica do Sintagma Nominal*, in: Eduardo B. Paiva Raposo *et al.* (orgs.), *Gramática do Português*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 735-815.
- Peres, João Andrade/Mascarenhas, Salvador (2006), *Notes on Sentential Connections (Predominantly) in Portuguese*, Journal of Portuguese Linguistics 5.1, 113-169.
- Peres, João/Móia, Telmo (1995), *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Posner, Rebecca (1996), *The Romance Languages*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Reichenbach, Hans (1947), *Elements of Symbolic Logic*, New York, Macmillan.
- Swart, Henriëtte de/Sag, Ivan (2002), *Negation and Negative Concord in Romance*, *Linguistics and Philosophy* 25.4, 373-417.
- Vendler, Zeno (1967), *Linguistics in Philosophy*, Ithaca, New York, Cornell University Press.

### **Corpora**

CETEMPúblico (texto jornalístico), disponível em <http://www.linguateca.pt/ACDC/>